



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2017-2021

ATA N.º 08/18

Sessão Extraordinária de 14 de Maio

Aos catorze dias do mês de Maio do ano de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas e dez minutos, no Edifício Eng.º Duarte Pacheco, em Loulé, deu-se início à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo trigésimo oitavo do Regimento, presidida pelo senhor Presidente da Assembleia, Adriano Lopes Gomes Pimpão, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos:-----

-----**Lista de Presenças:**-----

25 Deputados Municipais do PS - Adriano Lopes Gomes Pimpão (Presidente da Assembleia), Joaquim Manuel dos Santos Vairinhos, Maria Helena Serafim Guerreiro Brito Baptista, João Luis Calçada Correia, Carlos Manuel Pontes Costa, Rosana Corga Fernandes Durão (1ª secretária), Vitor Cristiano da Piedade Ferreira, Fernando Domingos dos Santos, Hugo Miguel Guerreiro Nunes, Abel Filipe dos Santos Matinhos, Sónia Alexandra Martins dos Santos Neves, Fernando Pereira Marques, Hermes Luis de Brito Alberto, Joana Guerreiro da Conceição, Fábio Miguel Cortes Nobre, André Teixeira Correia, Dora Maria Portela do Olival, José João Magalhães David, Maria da Conceição Leites Esteves Duarte (em substituição de Maria Esteves Ferreira Lourenço) Joaquim João Pinheiro Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), António Francisco Ferreira Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte), José Fernando Florinda Carrusca (Presidente a Junta de Freguesia do Ameixial), Nelson Joaquim Caetano Brazão (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Eduardo Manuel Graça Amador (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), Carlos Filipe Gabriel de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de S.Clemente);-----

9 Deputados Municipais do PSD - Sebastião Francisco Seruca Emídio, Mário Baião Botelho da Silva, Maria José Botelho da Palma Bento Vasques (2ª secretária), Sérgia Maria Vicente Coelho Medeiros, Ricardo Manuel Casanova Lampreia, Bárbara Miriam do Amaral Correia (em substituição de Bruno Miguel Martins Inácio), Miguel Baião da Encarnação (em substituição de João Manuel Guerreiro da Conceição), Francisco André Pereira Rodrigues (em substituição do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Presidente da Junta de Freguesia de Salir) e Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/Benafim);-----

1 Deputado Municipal do CDS - António José Mendes Pinto Farrajota;-----

1 Deputado Municipal do BE - Carlos José da Silva Martins;-----

Também estiveram presentes o **Presidente da Câmara e os Vereadores**, Heloísa Madeira, Ana Machado e Marilyn Zacarias, Horácio Piedade e Irina Martins (em substituição de José Graça).-----

Não estiveram presentes os **Vereadores**, Pedro Pimpão, Abílio Sousa e Carlos Carmo e José Graça, que foi substituído respetivamente por Irina Martins-----

Apresentaram pedido de suspensão de mandato:-----

Os **Deputados Municipais do PS**, Maria Esteves Ferreira Lourenço, tendo a mesma sido substituída respetivamente por Maria da Conceição Leite Esteves Duarte.-----

O Deputado Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Eduardo Manuel Graça Amador.-----

Os **Deputados Municipais do PSD** Bruno Miguel Martins Inácio, solicitou suspensão de mandato por um período de 12 meses, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Bárbara Miriam do Amaral Correia, que tomou posse nesta mesma sessão, João Manuel Guerreiro da Conceição, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Miguel Baião da Encarnação.-----

O Deputado Deodato Martins João (Presidente da Junta de Freguesia de Salir), comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Francisco André Pereira Rodrigues.-----

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

-----Ordem de Trabalhos-----

1-Intervenção do Público;-----

2-Aprovação de Atas;-----

3-Informação sobre expediente recebido;-----

4-Período de Antes da Ordem do Dia;-----

5-Período da Ordem do Dia:-----

a)- Moção de Censura ao Executivo da Câmara Municipal de Loulé - apresentada pelo Grupo Municipal do PSD;-----

b)- Moção Contra o Declínio na Saúde- apresentada pelo Grupo Municipal do PSD;-----

c)- Análise da Situação da Saúde no Município de Loulé e no Algarve;-----

d)- Proposta 19/2018- Deliberação relativa à Composição de Júri do Procedimento Concursal, para o cargo de Diretor Municipal de Administração e Planeamento, nos termos do disposto no artigo 13.º da Lei n.º49/2012, de 29 de Agosto; [Proposta da Câmara Municipal n.º 531-2017] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

e)- Proposta 20/2018- Deliberação relativa à Composição de Júri para Procedimento Concursal, para cargos de direção intermédia de 3.º grau, nos termos do disposto no artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto; [Proposta da Câmara Municipal n.º 534-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

A)- Chefe da Unidade Operacional de Gestão de Equipamentos Escolares;

B)- Chefe da Unidade Operacional de Promoção da Cidadania e Cidade Educadora;

C)- Chefe da Unidade Operacional de Apoio à Construção e Manutenção de Vias Municipais;

D)- Chefe da Unidade Operacional de Educação Ambiental;

E)- Chefe da Unidade Operacional de Adaptação às Alterações Climáticas;

F)- Chefe Gabinete de Organização de Eventos (equiparado a dirigente intermédio de 3.º grau);

G)- Chefe da Unidade Operacional de Segurança e Saúde no Trabalho;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

f)- Proposta 21/2018- Deliberação relativa à Composição de Júri para Procedimento Concursal, para cargos de direção intermédia de 1.º grau, nos termos do disposto no artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto; [Proposta da Câmara Municipal n.º 535-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

A)- Diretor do Departamento de Desenvolvimento Humano e Coesão;

B)- Diretor de Departamento de Planeamento e Administração do Território;

C)- Diretor do Serviço Municipal de Proteção Civil, Segurança e Florestas;

D)- Diretor de Departamento de Obras e Gestão de Infraestruturas Municipais;-----

g)- Proposta 22/2018- Deliberação relativa à Composição de Júri para Procedimento Concursal, para cargos de direção intermédia de 2.º grau, nos termos do disposto no artigo 13.º n.º 49/2012, de 29 de Agosto; [Proposta da Câmara Municipal n.º 556-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

A)- Chefe de Divisão de Desporto;

B)- Chefe de Divisão de Educação e Juventude;

C)- Chefe de Divisão Coesão Social e Saúde;

D)- Chefe de Divisão de Gestão de Projetos, Edifícios e Energia;

E)- Chefe de Divisão de Ambiente, de Transportes e Oficinas;

F)- Chefe de Divisão Jurídica e de Contraordenações;

G)- Chefe de Divisão de Fiscalização Municipal;

H)- Chefe de Divisão de Controlo de Atividades Económicas e Tarifas;

I)- Chefe de Divisão de Cultura, Museu e Património;

J)- Chefe de Divisão de Bibliotecas e Arquivo;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

K)- Chefe de Divisão de Economia Local, Comércio e Turismo;

L)- Chefe de Divisão de Espaço Público, Acessibilidade e Mobilidade no Espaço Urbano;

M)- Chefe de Divisão Rede Viária, Trânsito e Segurança Rodoviária;

N)- Chefe de Divisão de Sustentabilidade e Recursos Naturais;

O)- Chefe do Gabinete de Estratégia, Projetos Estruturantes e Informação Geográfica (equiparado a dirigente intermédio de 2.º grau);---

h)- Proposta 23/2018- Deliberação relativa à Alteração ao Mapa de Pessoal de 2018, ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 769-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

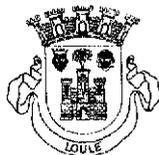
i)- Informação relativa à Atribuição Toponímia e de Numeração de Policia a 2 artérias na Freguesia de S. Sebastião: Rua Luis Guerreiro e Rua Joaquim Guerreiro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 680-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

j)- Apreciação da Informação relativa à 1.ª Alteração ao Plano de Urbanização de Vilamoura - 2.ª fase; [Proposta da Câmara Municipal n.º 517-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

k)- Apreciação da Informação relativa à Proposta de Extinção do Procedimento de Elaboração do Plano de Urbanização do Vale do Freixo (PUVF); [Proposta da Câmara Municipal n.º 766-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

O senhor Presidente da Assembleia, começou por cumprimentar todos os presentes e posteriormente informou sobre os pedidos de substituição para esta sessão, conforme acima referido.-----

Foi posteriormente dado início à Tomada de Posse da senhora Deputada do Grupo Municipal do PSD, que substitui o senhor Deputado Bruno Miguel Martins Inácio, que pediu suspensão de mandato por um período longo e que tomará posse nos termos legais, de acordo com a Ordem da Candidatura, a senhora Deputada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Bárbara Miriam do Amaral Correia.-----

Posto isto, foi dado início ao primeiro ponto da Ordem de Trabalhos.-----

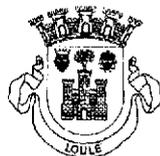
1-Intervenção do Público;-----

Neste ponto, interveio a **Munícipe Helena Baião**, que disse querer dirigir a sua intervenção ao senhor Vereador Abílio Sousa, e que o mesmo não se encontra presente na sala, pelo que terá que dirigi-la ao senhor Presidente da Câmara. Começou por explicar que a razão pela qual estava aqui hoje, reportando-se a Outubro de 2017, altura em que falou com um Engenheiro da Câmara Municipal de Loulé, sobre as obras na estrada de acesso a Vale do Lobo e Quinta do Lago, tendo sido informada de que essas obras estavam a decorrer nesse momento, permitindo a passagem das viaturas, mas que em breve essa estrada iria ser fechada, porque a natureza das próprias obras impedia que se continuasse a manter a circulação nessa estrada. Questionou porque motivo a Câmara Municipal de Loulé e o senhor Vereador Abílio, permitiu que esta obra decorresse em época alta de golfe e os turistas estão chocados com o tempo que demora a fazer esta obra, 150 dias não será excessivo? E se realmente serão necessários os 150 dias, dando a abertura prevista da estrada para o dia 30 de Junho, portanto está completamente morta a época de golfe deste ano.-----

Relativamente à freguesia de Quarteira, questionou se para além da Rotunda do Polvo e do Passeio das Dunas, o que pretende o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira deixar aos Quarteirenses no final do seu mandato?-----

Finda esta intervenção, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, esclareceu que nas intervenções dirigidas à Câmara Municipal, o senhor Presidente da Câmara representa sempre a Câmara, aliás a regra é dirigir as perguntas ao senhor Presidente da Câmara e depois ele responderá ou passará a palavra ao vereador que entender. Caso não seja possível responder de imediato ela será respondida no prazo regimental que se encontra estabelecido, que na Lei Geral seria de 30 dias. Igualmente assuntos que digam respeito a freguesias e às competências das freguesias, deverão ser colocadas nos órgãos próprios da Freguesia, Assembleia de Freguesia ou Junta de Freguesia.-----

Em seguida utilizou a palavra o **Munícipe Rogério Rochinha**, questionando o Executivo no sentido de saber se já existe alguma resposta por parte das Águas do Algarve, em relação aquilo que a ALGAR afirmou, de que teria autorização das Águas do Algarve, para de segunda a sexta-feira despejar os lixiviados em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Quarteira.-----
Questionou ainda, para quando uma intervenção eficaz em relação aos abusos, que ao longo dos anos têm sido praticados em Quarteira, com a ocupação que é feita por algumas esplanadas.-----

Em relação ao Jardim Filipe Jonas, agora o bar lá existente denominado "O Bar das coleguinhas", em que situação se encontra aquele bar, se é arrendado, se é de concurso e se poderá ser sub-alugado. Referindo que aquele bar foi colocado lá na altura em que foram derrubados os apoios de praia, para se começar o Calçadão em Quarteira. Neste momento até foi ocupada uma das floreiras lá existentes, foi construída uma esplanada em paletes de madeira, está com plateia e balcão e com esplanada no balcão, e questionou se alguém deu autorização.-----

Questionou também sobre uma estrada que passa por trás do Estádio Municipal, que tem de cada lado 2 sentidos proibidos, e questionou porque motivo quando foi colocada a sinalização vertical, e foi dada autorização aos táxis para lá passarem, não foi logo nessa sinalização vertical, incluído exceto veículos autorizados e táxis.-----

Questionou por fim, sobre uma questão que já é recorrente, pergunta dirigida ao senhor Presidente da Câmara, saber se já haveria alguma resposta, em relação às perguntas, sobre quem paga a iluminação pública dos condomínios e se há de facto algum problema com o edifício do Aníbal Madeira, nomeadamente alterações fora do projeto nos seus interiores. Há ou não já a passagem da Licença de Habitabilidade para esse edifício.-----

Foi dada a palavra de imediato ao senhor Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas e para os esclarecimentos que entender por bem dar.-----

Usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara Municipal**, começando pela primeira questão que foi colocada pela cidadã Maria Helena Baião, referente às obras de Vale do Lobo e Quinta do Lago, explicou que não se conseguem fazer obras sem causar incómodos, e tudo concluído dará mais de meio ano. As pessoas foram avisadas e contactadas e foi feito o que achamos sensato, os incómodos são reconhecidos pelo Executivo, mas não há maneira de evitá-los e até ao final de Julho iremos ter ali obras, com os condicionamentos que se impõem. Foi compromisso assumido pelo empreiteiro que no princípio de Julho, a zona que vai da curva da Floresta até à rotunda de Vale do Lobo, está concluída e trânsito aberto e a outra parte que é totalmente nova, que atravessará um pomar, essa será feita a seguir.-----

Sobre a outra questão da Rotunda do Polvo e do Passeio das Dunas, são obras



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

municipais, nem uma nem outra são obras da Junta, sendo obras articuladas com a Junta de Freguesia. Informou ainda que a Junta de Freguesia de Quarteira irá ter a muito curto prazo muito investimento, nomeadamente a Escola D. Dinis e o Pavilhão e só nestas 2 obras serão investidos 11 milhões de euros e nem o Presidente Telmo Pinto nem o Presidente da Câmara têm descurado aquela freguesia tão importante para o concelho de Loulé..-----

Quanto à questão relativa às Águas do Algarve, foi mandada uma carta questionando as Águas do Algarve, se a Licença que supostamente existia para permitir o transvase de camiões para a estação elevatória de lixiviados, era verdade e até hoje não foi obtida qualquer resposta.-----

Para responder às questões solicitadas pelo munícipe Rogério Rochinha, usou da palavra a senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, que relativamente à questão colocada da fiscalização e de uma atuação mais concertada, relativamente às ocupações abusivas que se têm verificado ao longo dos anos por parte dos estabelecimentos com esplanada em Quarteira, essas ações já tiveram início da fiscalização municipal, da polícia marítima e da GNR para em ações primeiro em sensibilização e pedagógicas, levarmos as pessoas a corrigir as ocupações menos corretas que estarão a realizar para depois numa 2ª fase se entrar já com medidas coercivas e de correção por parte dos serviços camarários.-----

Relativamente ao "Bar das coleguinhas", não tem em seu poder os dados administrativos e os contornos jurídicos da exploração daquele estabelecimento.-

Relativamente à sinalética da Rua dos Pinheirinhos, já foi sinalizada para ser corrigida e retificada, por forma a evitar estes mal entendidos co os táxis e os outros veículos autorizados a passar pela respetiva rua.-----

Informou também que a Licença de Habitabilidade do prédio do Anibal Madeira, deve estar noutro nome porque no nome dele não conseguiu identificar nenhum processo camarário e os serviços brevemente irão dar nota disso.-----

Em relação à eletricidade dos empreendimentos, solicitou a colaboração da Inframoura, que por sua vez já solicitou a colaboração da EDP, para esclarecer em todos aqueles empreendimentos, a situação de cada um deles, tendo sido elancada aqui numa sessão essa questão, e essa informação será, tão breve quanto possível, disponibilizada.-----

Posto isto, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, disse querer fazer uma sugestão em relação a uma matéria que tem vindo sistematicamente a esta Assembleia, parecendo não existir uma solução à vista. Trata-se da atuação das Águas do Algarve no que diz respeito às descargas efetuadas, não havendo até ao momento uma resposta por parte dessa entidade que tem uma concessão de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

serviço público e se viola as normas dessa concessão, haverá autoridades, passando pelo Ministério Público, GNR e Polícia Judiciária que deveriam atuar. Não podemos é passar todas as sessões dizendo que não temos resposta, porque as Águas do Algarve, não dão o esclarecimento que deviam dar. Sugeriu que o esclarecimento seja dado até à próxima sessão, ou então a Câmara traria a esta Assembleia, uma participação formal às autoridades judiciais competentes para fazer avançar um processo em relação a um eventual crime que esteja a ser cometido.-----

Esclareceu o senhor **Presidente da Câmara Municipal**, que as Águas do Algarve, são uma empresa pública que providenciam o abastecimento de água e nunca existiu nada de especialmente grave com as Águas do Algarve, que nos tivesse suscitado qualquer situação de difícil abordagem e disse que iria fazer uma diligência no sentido e fazer uma abordagem a este assunto. Iremos conseguir resolver esse problema sem necessidade de tomar medidas drásticas, porque depois mais à frente se irão revelar prejudiciais para o bom relacionamento que tem existido entre a Câmara e as Águas do Algarve.-----

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, disse achar que o comportamento de entidades como a ALGAR e as Águas do Algarve são um péssimo exemplo para os cidadãos que depois passam a pensar que se uma entidade com aquela responsabilidade faz, porque não fazer o mesmo? Não se pode ter dois pesos ou duas medidas nestas situações.-----

Os próprios técnicos da Câmara, têm receio de exigir às Infraestruturas de Portugal, com medo de represálias em relação à Câmara Municipal, e que acha ser uma situação intolerável. Neste caso crê que a Assembleia Municipal pode dar todo o apoio à Câmara, para que esta com o apoio da Assembleia, possa fazer com que a legalidade seja cumprida.-----

O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, referiu que em várias situações já demonstrou que não o amedrontam os fortes e que devemos zelar sempre pelo bom entendimento e relacionamento entre as entidades.-----
Disse ainda que amanhã mesmo, iria colocar a questão para em poucos dias chegar a esta Assembleia, uma resposta, sem necessidade de mais nada.-----

O senhor **Deputado Joaquim Vairinhos (PS)**, pediu a palavra para referir que é na ALGAR que nasce o problema e que o tem de resolver. As Águas do Algarve estão a tentar resolver o problema da ALGAR e do Aterro, porque efetivamente não estão em condições de funcionamento e tudo aquilo devia estar encerrada há



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

já muito tempo e deveriam ser tomadas medidas urgentes em relação à ALGAR e como esse problema está a ser resolvido, a ALGAR não resolve a montante e está a prejudicar a comunidade e o ambiente e este concelho e conseqüentemente o território e as pessoas. Julga que conjuntamente com a pressão junto das Águas do Algarve, deveria haver um confronto à ALGAR.-----

Posteriormente o senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, disse compreender as preocupações do senhor Presidente da Assembleia Municipal, no que toca ao atentado ambiental dentro do nosso município. Concorde completamente com o senhor Presidente da Assembleia Municipal, quando diz que este Executivo deve ter na realidade uma "mão forte" no sentido de que se pare de uma vez por todas com este atentado ambiental que está a acontecer no nosso município e que parece que ninguém o quer resolver. Disse ser deveras oportuno o senhor Presidente da Câmara imediatamente pôr termo a esta situação, porque se está a prejudicar os munícipes, especialmente os do interior, as pessoas não conseguem viver lá. Solicitou ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que de uma vez por todas encete as diligências necessárias para se resolver de uma vez por todas esta questão.-----

Passou-se de imediato ao ponto seguinte:-----

2- **Aprovação de Atas;**-----

O senhor **Presidente da Assembleia**, referiu existir 1 Ata para aprovação.-----
Relembrou ainda que apenas votam os senhores deputados que estiveram presentes nas respetivas sessões.-----

A Ata nº3/2018 (Continuação da Sessão Ordinária de 23 de Fevereiro) que se realizou a 26 de Fevereiro, foi aprovada por unanimidade.-----

Informou ainda que existe a Ata nº6/2018 (Sessão Comemorativa dos 44 anos do 25 de Abril), mas tendo em conta algumas sugestões, ela voltará com todas as intervenções em anexo.-----

Passou-se ao ponto seguinte:-----

3- **Informação sobre expediente recebido;**-----

Neste ponto, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** disse não haver nada de relevante a evidenciar, apenas lembrou que no próximo dia 19 haverá o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Congresso da Associação das Assembleias Municipais e a Assembleia estará representada pelo Presidente da Assembleia e posteriormente dará conta daquilo que foi tratado.-----

Entrou-se no ponto seguinte;-----

4- Período de Antes da Ordem do Dia;----- -----

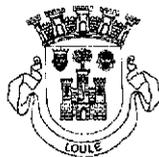
Neste período pediu para usar da palavra o senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, que abordou a questão de que existe uma tentativa de mandar o Governo PS, liderado por António Costa, abaixo! A imprensa, a oposição, recorrendo a todos os meios possíveis e imaginários, estão num combate para abater este Governo, que resolveu algumas questões pendentes, devolvendo os rendimentos às pessoas. Deixou uma nota de satisfação pela forma digna e elevada como foram celebrados as Comemorações do Dia do Município.-----

Ainda sobre a questão do Aterro Sanitário e do seu mau funcionamento, e uma vez que está identificado um problema que vem de trás, mas que teremos de resolvê-lo, com a Câmara e a entidade concessionária ALGAR.-----

Posteriormente o senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, disse que iria ler uma Declaração em resposta à senhora Deputada Helena Baptista, pelas afirmações proferidas na última sessão desta Assembleia Municipal, onde evocou o direito da honra, pelo que foi escrito no facebook, pela votação ocorrida, aquando da aprovação da proposta da Criação do Provedor do Município.-----

Passou à leitura: "Senhora Deputada Helena Baptista, tenho apreço pelo seu trabalho, na área social e na educação, em regime de voluntariado ou renumerado. Assim, não pondo em causa a forma utilizada, cada um defende a sua honra como bem entende, nem a liberdade de votar na forma que melhor reflita a sua opção pessoal, político-partidária, não posso, após a leitura atenta do documento, que entregou na mesa para ser anexo à Ata da Sessão, sinto-me na obrigação e direito de prestar alguns esclarecimentos. Faço-o, não em defesa da honra e dos valores éticos que defendo, pois entendo que cabe mais aos outros analisá-los e julgá-los, do que vir eu aqui auto-elogiar-me.-----

O assunto podia ter sido resolvido, através de um simples telefonema ou utilizando o contraditório no meu posto do facebook, pois somos amigos e porque nos conhecemos há muitos anos da vida pública e política; mas não, escolheu outro caminho, puxou dos seus galões académicos e decidiu dar uma lição pública, aproveitando os trabalhos desta Assembleia Municipal e dos cidadãos presentes, como se estivesse numa sala de aulas e que o deputado em causa fosse seu aluno.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Como afirmou e bem, nunca fui seu aluno, nem poderia ter sido, porque nessa altura eu já trabalhava e a senhora não tinha concluído os seus estudos.

A minha formação é técnica e a outra parte académica, foi tirada na escola da vida, naquela Universidade, "onde as crianças rapidamente aprendem a ser homens", como dizia Soeiro Pereira Gomes " Os Esteiros".-----

Aquilo que escrevi, confirmo e mantenho! Limitei-me a exercer um direito de liberdade de expressão, e denunciar sem divulgar o nome das pessoas, os argumentos evocados, por não votarem a favor da Proposta de Recomendação para a Criação do Provedor do Município.-----

Em lado nenhum, critiquei ou falei sobre as suas capacidades intelectuais ou outras, falei somente dum caso político, passado num órgão político por excelência, a Assembleia Municipal. Limitei-me a criticar posições e incoerências políticas, assim como condenar argumentos utilizados, quando no texto estava bastante bem explícito do que se tratava. Como tal, só poderia tratar-se de um caso de sanidade política, que ocorre normalmente consoante o interesse em causa, tanto mais que o PS, inscreveu no seu programa eleitoral a retoma do processo, para institucionalização do Provedor Municipal. A senhora deputada sentiu-se ofendida, pelo assunto ter sido exposto nas redes sociais e vai daí o meu comentário ser um verdadeiro caso de "bullying" social, um exagerado e despropositado argumento, utilizando a palavra errada, quando talvez quisesse dizer bullying, mas errar é humano e os mais habilitados também o fazem. Assim o fez, quando afirmou que o texto da minha proposta do BE, estava mal feito.----

Achou conveniente o BE (Bloco de Esquerda), a existência de uma Comissão como forma de em diálogo e em consenso entre os Grupos Municipais e em colaboração com a Câmara Municipal, encontrar o cidadão com o perfil mais adequado para o cargo e como é lógico a Comissão cessa funções com a eleição do Provedor.-----

A Moção foi enviada antecipadamente aos líderes dos Grupos Municipais, para que contribuíssem e melhorassem o texto, de forma a conseguir-se uma unanimidade em todas as bancadas dada a natureza da Proposta; os contributos não chegaram a ser enviados.-----

Durante a sessão foram introduzidas duas alterações sugeridas pela Bancada do PS, entre elas retirar a palavra "proposta" e o alargamento do prazo, para conclusão dos trabalhos, por parte da Comissão até ao final do presente ano. Sendo as mesmas aceites pelo senhor deputado Rogério Rochinha, do BE, a grande maioria dos deputados votaram a favor, perceberam o texto, a senhora deputada não percebeu, absteve-se, quando na realidade talvez pensasse votar contra. Não admitiu as críticas políticas e públicas, sobre as suas posições políticas, ignorando a função das redes sociais, onde parte dos cidadãos têm



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

acesso e utilizadas muitas vezes para contar umas verdades e denunciar situações, que de outra forma não seria possível.-----

Sobre as outras insinuações constantes nas suas declarações, a todas elas me abstenho de tecer considerações, no entanto julgo que seria válido para a democracia participativa, que fosse estabelecido um limite de idade, para os eleitos dos cargos públicos políticos, nomeadamente os órgãos do poder local e também seria útil a criação de um Órgão Consultivo da Câmara Municipal, formado por anciões, pessoas respeitadas e sábias.-----

Termino, passados mais de 2 meses, solicito que seja marcada a primeira reunião e convocados todos os membros da Comissão da Criação do Provedor do Município, para que possam dar início aos trabalhos e conclusão dos mesmos dentro do prazo aprovado pela Assembleia. Julgo até que deveria nesta primeira reunião, ser convidado um membro do Executivo Municipal, designado pelo senhor Presidente, caso não possa participar nesta reunião."-----

Referiu ter outra questão concreta, que é a situação da Agência dos CTT em Loulé, apesar de ter sido aprovada uma Moção, contra o encerramento da Agência dos CTT na Avenida. Posto isto solicitou explicações sobre esta situação, quando termina o contrato com os CTT e o que pensa fazer em relação ao mau serviço prestado pelos CTT, neste concelho, nomeadamente na Agência de Loulé, pela não prestação do serviço da renovação das cartas de condução.-----

Em seguida foi dada a palavra ao senhor **Deputado Joaquim Vairinhos (PS)**, que começou por referir que a Assembleia deveria saudar a população de Quarteira pela passagem do seu aniversário de elevação a cidade, porque é justo que o faça, porque a população merece ser saudada por esta Assembleia.-----

Felicitou a Câmara Municipal pela criação da Escola de Música, esperando que a mesma tenha abrangência na área das artes, teatro, etc., porque cada vez mais a cultura é um fator de desenvolvimento de uma região, de uma cidade, de um país.-----

Outra questão que referiu tem a ver com as famílias que têm filhos com doenças raras e há no concelho de Loulé crianças com doenças raras e em que as famílias têm muitas dificuldades para resolver esses assuntos, e a Câmara podia efetivamente encontrar forma de contornar a legislação, mas quando se concedem tantos subsídios a tantas entidades, temos de encontrar um caminho para poder ajudar famílias que não têm qualquer possibilidade financeira de resolver o problema dessas crianças.-----

Depois foi dada a palavra ao senhor **Deputado Ricardo Lampreia (PSD)**, falou num assunto que conhece bastante bem, consequência da intervenção da cidadã



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Maria Helena Baião, e o facto é que as obras são necessárias e dá razão à intervenção da cidadã em questão. As datas constantes na placa, muitas vezes servem para enganar o munícipe e como tal a fiscalização municipal deixa muito a desejar e não há segurança na informação municipal, devendo ser corrigida.-----
Questionou sobre o ponto da situação da obra do prolongamento da estrada da rotunda da Floresta até à outra rotunda da estrada da Fonte Santa e a Câmara ainda não chegou a acordo com o proprietário do pomar e disse ainda que até ao Verão não estará essa faixa aberta à circulação.-----

Posteriormente pediu a palavra o senhor **Deputado Fábio Nobre (PS)**, abordando a sua estranheza em relação ao silêncio sobre questão da prospeção e exploração de hidrocarbonetos no Algarve e aproveitou para felicitar a presença do senhor Presidente da Câmara numa manifestação há cerca de um mês sobre este tema em Lisboa.-----

Questionou ainda o senhor Presidente da Assembleia, sobre a sessão extraordinária a agendar para discussão deste assunto e da probabilidade da mesma ocorrer em breve.-----

Outra questão que dirigiu ao senhor Presidente da Câmara Municipal, tem a ver com a exortação feita há cerca de 3 meses aqui em Loulé ao Governo, de muitas instituições juntas e desconhece se o Governo já respondeu ou não e quando é que poderemos ter alguma resposta em relação a este assunto.-----

Posteriormente o senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, congratulou o Executivo Municipal, pela implementação da Escola de Música em Loulé, porque esta vem atribuir um valor acrescentado em termos culturais ao nosso município e daí o nosso agradecimento.-----

Referiu ainda que iria enaltecer este Executivo publicamente pela nomeação de um membro do PSD, para constar na toponímia deste município e um bem haja por parte desta bancada, à equipa que escolheu este membro do PSD e ao senhor Presidente da Câmara que aprovou.-----

Deixou uma breve nota, relativamente ao estacionamento do Centro Comercial Buganvilia na Quinta do Lago, que é uma preocupação constante apresentada por um dos munícipes, que representa a Associação dos moradores e lojistas do Parque Buganvilia. Na realidade, sem obstar à necessidade de regulamentação de trânsito durante um determinado período do ano, no restante período não se justifica. Nesse sentido, foi pedida pelo munícipe e pela Associação que ele representa uma isenção desse período entre Outubro e Março. Era importante que esse período fosse isento de estacionamento e voltamos a pedir que o senhor Presidente da Câmara possa analisar esta proposta já feita anteriormente.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

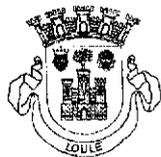
A última nota que aqui deixou, tem a ver com a questão do Aterro Sanitário, que poderá ter sido o maior erro que este município teve aqui e foi mais o prejuízo que acarreta do que os benefícios que nos trouxe, sendo que até as contrapartidas que o Aterro trazia, sendo uma delas a conclusão da Circular Norte não se verificou. Talvez tenhamos que repensar o que é que temos que fazer em relação ao Aterro Sanitário e talvez entre todos consigamos arranjar uma solução que seja eficaz para os nossos munícipes.-----

Foi cedida a palavra ao senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, que levantou a questão da intervenção política nas redes sociais, sendo que deve ser feita com urbanidade e salvaguardando a honra e consideração dos intervenientes, sendo que entre Deputados Municipais ela pode e deve ser também tratada nas sessões da Assembleia Municipal.-----

Outra questão que colocou prende-se com o Parque de Estacionamento do Baganvilia Plaza, que tem 242 lugares gratuitos e 78 pagos e em época baixa libertar os 78 lugares pagos, é uma questão de se avaliar a situação, sendo que o parque fechado garante a vigilância e segurança de pessoas e bens.-----

Interveio o senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, referiu que em relação a esta questão, concorda que a regulamentação do trânsito é necessária, mas em zonas turísticas, nomeadamente em Vilamoura e Quinta do Lago, durante o período de época baixa não justifica pelo valor arrecadado nem pelo benefício que nos traz e daí as preocupações dos munícipes que não são infundadas, mas obviamente o senhor deputado Carlos Costa, pertencente a uma empresa que gere esse parque, certamente terá mais conhecimento nessa matéria.-----

O senhor **Deputado Joaquim Vairinhos (PS)**, disse saber que o acusam de ser o culpado da localização do Aterro Sanitário do Sotavento, e voltaria a ser, porque as pessoas não imaginam o número de lixeiras a céu aberto que havia no Sotavento Algarvio, na altura antes do seu mandato a alternativa foi criar um Aterro em S. João da Venda, com Olhão, Faro e Loulé e onde os lixiviados corriam a céu aberto e na altura foi preciso terminar com essa situação e nunca ouviu nenhuma alternativa para resolver esta situação, a não ser incineradoras. Na altura deslocou-se conjuntamente com o senhor Presidente da Câmara Municipal de Portimão, aos Estados Unidos e a vários países para estudar a solução deste problema e foi daí que nasceu o Aterro do Barlavento e do Sotavento. Parte-se do princípio quando uma estrutura destas é construída, que será bem gerida e esta tem sido mal gerida e mal acompanhada! Mais informou que aqueles terrenos onde o Aterro está localizado, não foram cedidos pela



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Câmara, aqueles terrenos têm donos, que venderam para o Aterro Sanitário na zona da Cortelha e da Serra do Caldeirão. Aquelas valas que lá estão, foram terrenos que foram comprados pela ALGAR. A exploração do Aterro termina em 2020, e ainda se vai a tempo no sentido de poder atuar e de colocar os outros concelhos do Algarve com o problema na mão também, porque efetivamente quando a Câmara a que presidiu tomou essa decisão, foi uma decisão de coragem porque se sabia que iriam haver dificuldades. Hoje teria feito o mesmo, exigindo então às entidades que vigiam e que se responsabilizaram pelo funcionamento do Aterro, que penalizassem quem está a explorá-lo da forma como o está a fazer.--

Pediu a palavra o senhor **Deputado Abel Matinhos (PS)**, que começou por saudar o excelente trabalho que este Executivo tem desenvolvido no nosso concelho a nível da educação, nomeadamente a Escola de Música, e a requalificação da Escola D.Dinis, sendo adaptada para as reais necessidades de alunos e professores.--

Questionou para quando o alargamento à oferta dos manuais escolares até ao 12.º ano o que aliviaria o peso orçamental de muitas famílias no nosso concelho.-- Para finalizar referiu que não existe escrúpulos para a oposição nesta Assembleia Municipal, com aquilo que são capazes de dizer e de fazer. Em política é preciso ter valores e dizer a verdade!----

Depois o senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, referiu que depois de ter ouvido atentamente a intervenção do senhor Deputado Joaquim Vairinhos, olhando agora para trás, questionou se escolheria novamente o município de Loulé para implementar o Aterro Sanitário? Se esta obra é emblemática para o município deveria ser galardeada no município, seria de pensar atribuir o nome de Joaquim Vairinhos, ao Aterro.--

Respondeu o senhor **Deputado Joaquim Vairinhos (PS)**, que onde se produz lixo no Algarve em grandes quantidades é no município de Loulé.--

Novamente o senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, e disse que estamos todos ainda a tempo de reverter esta situação. Em 2020 termina o contrato e quer os partidos, quer o Executivo, devem endereçar esforços, no sentido de se poder alterar esta situação, que não nos causa grande benefício.--

Depois o senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, disse que queria lembrar se de acordo com o novo regimento haveria a hipótese de uma segunda intervenção



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

do público.-----

Ao que respondeu o senhor **Presidente da Assembleia**, que será avaliado consoante o que for o desenrolar dos trabalhos, conforme estabelecido no Regimento.-----

Foi cedida a palavra ao senhor **Presidente da Câmara Municipal**, que começou a sua intervenção, respondendo à questão dos CTT, colocada pelo senhor Deputado Carlos Martins, informou que a empresa foi privatizada, tem uma Assembleia de Accionistas, tem um Conselho de Administração, tem as suas orientações empresariais e não compete à Câmara intrometer-se no assunto.-----

Na altura própria a Câmara tomou a posição que entendeu tomar e o erro foi deixar que a empresa fosse privatizada, havendo responsáveis por essa decisão e esses é que deveriam ser agora confrontados com as consequências das suas decisões.-----

Disse que as pessoas têm toda a razão em sentirem-se indignadas e que iria averiguar porque motivo as cartas emitidas em Loulé são encaminhadas para Quarteira ou para Almancil.-----

Disse que havia um serviço de expedição e até faturação da água abastecida ao domicílio, e que julga ser uma empresa do universo dos CTT e será revista num quadro de renegociação, atendendo à forma como tem tratado o concelho de Loulé, se eles merecem que nós renovemos esse contrato.-----

Referiu ainda que o Estado pode ser um bom gestor quando está em causa o interesse público, quando falamos em tratamento do lixo, provisão de serviços de energia, provisão de serviços de água, transportes, ensino, etc, que são uma série de domínios que o Estado não deveria sair de lá com uma posição largamente maioritária estratégica, para poder defender consequentemente a qualidade dos serviços, a que os cidadãos têm direito.-----

Sobre a proposta do senhor Deputado Joaquim Vairinhos, mencionou que já no dia a dia, esta Câmara te ajudado já imensas famílias que não têm possibilidades de se deslocar para consultas e tratamentos a hospitais.-----

Em relação ao senhor deputado Ricardo Lampreia, em relação às duas parcelas de terrenos e que ainda não existe acordo com os proprietários, e que se localizam nessa área e está convencido de que se irá chegar a um entendimento e depois enveredar pela via da expropriação, prevista pela lei.-----

Pediu ao senhor deputado Ricardo Lampreia, que pondere bem antes de proferir afirmações como a que mencionou, porque tem o exemplo de bastantes obras que levaram imenso tempo e depois conseguiram fazer-se.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Em relação à intervenção do senhor deputado Fábio Nobre, disse que irá depender da APA as obras de prospeção se iniciarem ou não. Acredita que é uma decisão a ser tomada muito prejudicial para o Algarve, para a economia da nossa região, para já não falar das questões ambientais e dos compromissos que o Governo Português tem, no sentido de conseguir obter uma economia de "carbono zero" até ao ano de 2050.-----

Regista a postura do deputado Mário Botelho, que congratulou este Executivo aqui hoje, porque quando vem da oposição é sempre positivo e tem um sabor acrescido. A escola de Música teve um investimento de 3 milhões de euros, e que é suportado pela Câmara e se nós estivéssemos à espera que o Estado interviesse, poderíamos esperar internamente que isso não iria acontecer.-----

Sobre o Parque de Estacionamento referido pelo senhor deputado Carlos Costa, de certa maneira traçou o quadro do que é a visão da Câmara Municipal de Loulé e neste momento não se irá mexer no regime do pagamento do estacionamento no Centro Comercial Buganvilha Plaza.-----

Sobre o Aterro Sanitário, disse que o ex-Presidente Joaquim Vairinhos, foi na altura de uma grande visão política naquele tempo em que tomou aquela decisão, porque o Algarve era uma vergonha em termos ambientais e passou a ser uma região, considerada ao nível europeu, pela forma como resolveu rapidamente o problema das dezenas de lixeiras a céu aberto em localizações de excelência da atividade turística.-----

Referiu-se ainda que há dias, a Câmara Municipal tinha sido chamada a pronunciar-se na CCDR em Conferência de Serviços, a propósito da ampliação do Aterro e do seu fim passando a ler o parecer da Câmara:-----

"Nesta senda e considerando que a capacidade máxima do Aterro, localizado na área geográfica do concelho de Loulé, terá um período expectável de vida útil que terminará nos próximos anos (não sabemos bem quantos), a Câmara de Loulé, vem desde já propor à CCDRA que promova junto da ALGAR, o estudo de viabilidade, visando equacionar uma nova localização do futuro Aterro Sanitário, fora dos limites geográficos do Município de Loulé e que deverá contemplar novas formas de tratamento de resíduos, mais vocacionadas para uma maior sustentabilidade ambiental e para um ambiente de vida mais sadio e ecologicamente equilibrado."--

Posto isto, considera que o seu contributo para a região já foi dado e agora cabe a outros municípios, terem a mesma atitude que a Câmara de Loulé teve.-----

Portanto não foi nenhum erro a decisão de Joaquim Vairinhos, foi aliás uma decisão sábia. Disse ainda que não existe nenhuma contrapartida para a localização do Aterro no concelho de Loulé, que diga que a Circular Norte de Loulé, é uma contrapartida ao Aterro Sanitário, porque finalmente teve acesso ao documento que já foi entregue aos senhores Deputados Municipais.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Essa nunca foi uma contrapartida, existiram outras, e que levaram anos a ser cumpridas e que o Executivo ao qual preside, finalmente conseguiu-se, que foi abastecer de água e esgotos com tratamento e que já começou a partir do mês de Maio, que foi a zona de Cortelha, Barranco do Velho e Vale Maria Dias. Foi feita a Rede de Distribuição de Água domiciliária sendo a contrapartida as 3 mini Etares e o tratamento e ao fim de tantos anos, essa contrapartida foi cumprida e foi graças à presidência deste Executivo.-----

Sobre a questão colocada pelo senhor Deputado Abel Matinhos, relativamente à extensão de oferta dos manuais escolares até ao 12.º ano, mas neste momento não é ainda uma questão urgente até porque só apenas este ano passaremos a oferecer ao 7º, 8º e 9º anos. Vamos gerindo as coisas de uma forma prudente, porque é assim que devemos gerir aquilo que é de todos.-----

Finda a intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, solicitou que aquele documento, que foi distribuídos aos Vereadores da Oposição, pudessem ser transmitidos a todos os Grupos Municipais, porque essa matéria com certeza virá mais tarde a esta Assembleia e ao que respondeu o senhor Presidente da Câmara Municipal, que sim.-----

Respondeu ainda ao senhor Deputado Fábio Nobre, que o agendamento irá ser feito na próxima reunião da Comissão Permanente.-----

Foi dada a palavra a seguir ao senhor **Deputado António Farrajota (CDS)**, e disse que não tem por hábito criticar o que os Governos fizeram no passado, porque entende não resolver nada, porque o futuro está no que decidimos hoje.---
Referiu-se ao episódio aquando do encerramento da Estação do CTT, o CDS votou contra por não corresponder à verdade aquilo que lá estava. A realidade foi que os principais partidos assinaram na altura do Governo de José Sócrates um Memorando que previa tal encerramento. Se apontam o dedo ao CDS, a assinatura que estava naquele documento também era do PS. Fomos todos que tomámos esta decisão.-----

Passou-se a seguir ao Período da Ordem do Dia.-----

5-Período da Ordem do Dia:-----

a)- **Moção de Censura ao Executivo da Câmara Municipal de Loulé** -
apresentada pelo Grupo Municipal do PSD;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Para apresentar esta Moção, interveio o proponente da mesma, o senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, que recordou a esta Assembleia, no dia 04/11/2017 neste quadriénio 2017-2021, que não obstante a votação expressa neste Executivo, como também na bancada do PS, ao PSD foi igualmente legitimado um mandato, consubstanciado no mandato da oposição e é sobre este exercício de mandato da oposição, que trazemos esta Moção de Censura a este Executivo. Disse não poder estar a sua bancada de acordo com a conduta deste Executivo e o facto é que é inadmissível, relativamente à violação de direitos e prerrogativas que nos são oferecidos. Num Estado de Direito não se pode coadunar com comportamentos desta natureza que hoje vivemos neste município. Atrever-me-ia a dizer comportamentos anti-democráticos, consubstanciados na ausência de respostas a requerimentos prestados, na ausência de respostas aos pedidos formulados em Assembleia, não só por esta bancada, mas também pela vossa, mas sobretudo pelo PSD, quer nesta Assembleia, quer na Câmara Municipal de Loulé. Existem cerca de 6 ou 7 requerimentos ao qual não foi dada resposta, o que a Bancada do PSD considera inadmissível. Como não é aceitável que o Relatório de Observação do Respeito de Direitos da Oposição que deve ser publicado em Março de cada ano, e não o foi, pelo que estamos perante um Executivo que não cumpre a Lei.-----

Recordou que o mandato da oposição é assegurado aos partidos políticos no exercício do regime democrático, sendo previsto na Constituição da República Portuguesa, art.º 114 n.º 1, 2 e 3, os direitos de oposição, direito de informação, direito à consulta prévia, direito de participação, direitos esses que vêm sido recorrentemente negados.-----

Não verificando o PSD que estejam a ser cumpridos os mínimos legais para que possamos exercer em consciência o desígnio para que fomos eleitos, ou seja o dever de fiscalizar o Executivo, achamos que chegou a hora de censurar este Executivo pela repreensível conduta que vem manifestamente praticando e que possamos futuramente manter os padrões de convivência democrática que o PS nos tem habituado e que neste momento não estão a ser praticados. Só podemos levar a cabo o nosso mandato se houver cumprimento das regras democráticas. O PSD vem por este meio demonstrar o seu descontentamento, o seu repúdio por tal comportamento e que levaram o PSD a apresentar esta Moção de Censura.----

Foi concedida a palavra ao senhor **Deputado Joaquim Vairinhos (PS)**, dizendo que ao 5.º mês no espaço de 48 meses, a Bancada do PSD, vem apresentar a esta Assembleia Municipal, uma Moção de Censura, o que não faz sentido quando se está perante um Executivo que cumpre legalmente tudo, e nestes quase 6 meses, os Vereadores de Oposição votaram por unanimidade, tudo o que aconteceu na



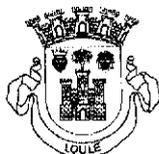
[Handwritten signatures and initials]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Câmara Municipal de Loulé, exceto, planos financeiros, ou alterações aos planos, ao que lhe parece que existem 2 PSD, um na Câmara e outro na Assembleia, pelo que, a política do PSD não deve ser apresentar Moções de Censura quando não têm razões para o fazer, e muito menos quando os Vereadores do PSD, dão o seu aval (99,9%) ao que o Executivo Camarário faz, e este Executivo, se não respondeu no tempo que o PSD pretendia, o PSD só tem que respeitar, porque já governaram este Concelho durante 22 anos e o PSD durante esse tempo, também respeitou a oposição, legalmente, razoavelmente? Este Executivo é conhecido pela sua posição no ranking nacional quanto ao índice de transparência municipal, 19.º lugar, mas em 2013 quando o Executivo era PSD, estava na posição 239, como tal, como é que a Bancada do PSD tem coragem de apresentar agora uma Moção de Censura a este Executivo?-----

De seguida foi concedida a palavra ao Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, que começou por dizer que a Moção de Censura apresentada pela Bancada do PSD ao Executivo Camarário, é descabida de fundamentos que justifiquem este tipo de Moção, pois o PSD poderia ter feito um Voto de Protesto, tiveram tempo para ponderar a situação e alterar a proposta, mas mantiveram-na. Disse também que, invocam que a Câmara Municipal não responde às questões apresentadas pelo PSD e do direito de oposição, indo até mais longe na argumentação, ao afirmar que o comportamento da Autarquia revela tiques de autoritarismo e no seu entender, disse que convém lembrar que este Executivo tomou posse apenas há 6 meses, trata-se de um Executivo renovado, e que de facto têm cometido erros, nomeadamente, têm respondido tardiamente às questões apresentadas, contudo, ainda é cedo e seria uma irresponsabilidade, para já, aprovar uma Moção de Censura, pois apesar do Bloco de Esquerda ter feito requerimentos, e de obter respostas tardias e por vezes incompletas, solicita novos esclarecimentos e as coisas vão-se compondo, aceitáveis, num clima desejável, de respeito pela oposição.-----

De seguida, foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, que no uso da palavra disse que o PSD é livre e soberano pelas políticas que escolhe fazer, mas que enquanto Presidente da Câmara, também é livre para mostrar o seu desconforto e a sua indignação, pela forma leviana como o PSD, redige um texto destes, para censurar um Executivo que gere as coisas com transparência, com dificuldades, e que tem feito um esforço para responder às questões colocadas, embora de facto possa existir uma ou outra que não tenha sido respondida no tempo certo, mas que isso não fundamenta a votação, numa sessão da Assembleia Municipal, de uma Moção de Censura ao Executivo, que no seu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

entender é um despropósito sem qualificação. E relativamente ao Estatuto de Oposição, disse que este ano o Executivo ainda não o apresentou, e que o prazo terminava a 30 de Março, e no ano anterior nem sequer foi apresentado, mas este ano, o Executivo vai apresentar, e nos últimos 4 anos, o Executivo PS apresentou mais documentos desta natureza, do que os Executivos PSD, durante 12 anos de governação, com a mesma lei a aplicar, no entanto, este Executivo PS irá ser mais rigoroso, de forma a apresentar, no tempo que a lei impõe, o Estatuto de Oposição.-----

Foi novamente dada a palavra ao Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, dizendo que se congratulava pelo facto do Senhor Presidente da Câmara, ter consciência de que estava a violar a lei n.º 24/98, há 2 anos atrás, o ano passado, este ano e possivelmente nos próximos anos se não houver ninguém para denunciar esta situação, e que acha que esta é uma atitude leviana e ligeira, e no n.º 10 desta lei, Estatuto de Oposição, está bem explícito que os órgão das Autarquias Locais, têm que elaborar até ao final do mês de Março, um relatório referente ao ano subsequente, de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes da presente lei, e este relatório, é uma súmula das respostas que o Senhor Presidente da Câmara teria que dar aos Requerimentos da Assembleia Municipal, ó neste momento, e que sobre os quais não disse nenhuma palavra, esta situação não é leviana, mas imoral e ilegal, e de acordo com o Código de Procedimento Administrativo, no artigo n.º 3, diz que o órgão de administração pública, devem atuar em obediência à lei, e se não o fizerem, muita coisa pode acontecer, nomeadamente sob a tutela administrativa, como tal, disse ainda que o Senhor Presidente da Câmara não deveria achar que este procedimento é leviano, porque é uma violação da lei, e quando um cidadão deixa o carro mal estacionado na via, automaticamente é logo multado, pelo que, devemos olhar em frente e ver onde queremos chegar, e o Senhor Presidente da Câmara devia ter a humildade de pedir desculpa por não cumprido o Estatuto do Direito de Oposição, e comprometer-se em fazê-lo no presente e no futuro.-----

Terminadas as intervenções sobre a **Moção de Censura ao Executivo da Câmara Municipal de Loulé**, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, o Senhor Presidente da Assembleia, passou de seguida à votação da mesma:-----

a)- **Moção de Censura ao Executivo da Câmara Municipal de Loulé** - apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, tendo sido votada e rejeitada com 25 votos contra (24 do PS e 1 BE), 9 votos a favor (8 PSD e 1 CDS), 1 abstenção da Bancada do PSD (Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/Benafim



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

- Margarida Correia) e um impedimento do Presidente da Assembleia Municipal.--

Após a votação, pediu a palavra o Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, para apresentar uma **Declaração de Voto do Grupo Municipal do PS** relativa à **Moção de Censura ao Executivo da Câmara Municipal de Loulé** apresentada pela Bancada Municipal do PSD no dia 25 de Abril de 2018, a qual foi lida, e que se encontra anexa a esta Ata, fazendo parte integrante da mesma.--

Dando continuidade aos trabalhos, o Senhor **Presidente da Assembleia**, passou ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos:--

b)- Moção Contra o Declínio na Saúde - apresentada pelo Grupo Municipal do PSD;--

Para apresentar esta **Moção**, foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, que começou por dizer que todos sabem o estado em que está a Saúde, e que durante o dia, no Jornal "Correio da Manhã", vinha a noticia de que no Algarve, os Centros de Saúde tinham falta de pelo menos 38 Clínicos Médicos de Família, e 11798 crianças sem médico de família, das quais, 77 recém-nascidos, o que demonstra que tem havida uma inversão total do Serviço Nacional de Saúde, e que esta **Moção** trás precisamente a esta Assembleia, o Estado da Saúde em Portugal e no Algarve, e que apesar de não de ler o conteúdo da **Moção**, porque todos os Senhores Deputados com certeza já o deveriam ter feito, referiu que o seu conteúdo obviamente dá muito que pensar, e que todos deveriam partilhar estes mesmos ideais, e destas necessidades, e que todos deveriam votar em unísono esta proposta, para que se possa a aconselhar o Governo, no sentido de minorar o efeito que o Estado da Saúde, tem neste momento no Algarve, e neste sentido apelou aos Senhores Deputados, para que em consciência, votassem a favor desta **Moção**, porque todos com certeza, querem melhorar o Estado de Saúde no Algarve, e que esta **Moção**, não tem cariz político, pelo que, apelou a todos sensibilidade, para votarem favoravelmente esta **Moção**, para que em conjunto, pudesse ser feito um apelo ao Governo Central, para se conseguir mudar o Estado de Saúde no Algarve.--

Seguidamente, foi concedida a palavra ao Senhor **Deputado Fernando Santos (PS)**, dizendo que o que consta no conteúdo desta **Moção** do PSD, são inverdades, falácias, que não podem ser aceites, porque a informação que consta nesta **Moção**, refere-se com certeza, a "picos", apenas isso, e não "médias", apesar de reconhecer e lamentar que infelizmente o estado da saúde no Algarve, ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

lastimável, ao qual o PSD também não é alheio, nomeadamente com a fusão dos Centros Hospitalares do Algarve e com Médicos a saírem do Serviço Nacional de Saúde. Disse também que, no dia 5 de Abril, o Primeiro-Ministro fez uma declaração sobre o Hospital do Algarve, onde refere nessa declaração que o Governo iria avançar com os estudos para a construção de 5 novos Hospitais, no Seixal, Évora, zona oriental de Lisboa, Funchal e no Algarve, e que no último mês, a CCDR Algarve realizou 4 Sessões do "Portugal 2030", nas quais, a Sociedade Civil concluiu que o Hospital do Algarve era a 2.ª prioridade, em termos de importância para a Região do Algarve, e a 1.ª prioridade, em termos de urgência. Finalizou a sua intervenção dizendo que a Bancada do PS não iria votar favoravelmente esta Moção. -----

Usou também da palavra o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo que a sua Bancada já tinha proposto à Bancada do PSD, que retirasse esta Moção de votação, uma vez que teríamos mais tempo para debater este tema no ponto seguinte da Ordem de Trabalhos desta Sessão, que se trata de uma análise estrutural da situação da saúde em Loulé e no Algarve, e que se aprovasse uma Resolução unanime, que para além dos interesses partidários, refletisse os interesses de todos os utentes, do Concelho e do Algarve. Referiu que, é certo que esta proposta enumera um conjunto de dificuldades visíveis, mas seria desejável que o PSD e o CDS, reconhecessem as suas responsabilidades nesta situação, pelo que, a Bancada do Bloco de Esquerda não pode votar favoravelmente esta Moção. -----

Foi cedida também a palavra ao Senhor **Deputado António Farrajota (CDS)**, dizendo que "o 25 de Abril deu a todos, a liberdade à contestação", e se a Bancada do PS pensa de forma diferente, está no seu direito, tal como o PSD e o CDS têm direito de pensar de forma diferente, e é essa liberdade que parece estar omissa neste mandato. -----

Voltou a pedir a palavra o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, que em relação à intervenção do Deputado Fernando Santos (PS), sobre as inverdades e falácias, referiu que havia "picos", que são verdades, e quanto ao Hospital do Algarve, disse que no jornal Correio da Manhã, vinha a notícia de que o PS Faro tinha chumbado proposta, para que fossem avançados os procedimentos para a construção do novo Hospital Central do Algarve, proposta essa, chumbada pelo Presidente Luis Graça, e depois o Deputado vem dizer que o PSD é que é contra a construção do Hospital Central do Algarve?! E quanto à fuga dos Médicos do SNS, esta não se deveu ao PSD, mas sim ao mandato do Eng.º José Sócrates, que



[Handwritten signatures]

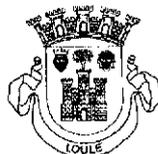
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

levou o País à Banca Rota em 2011, e que obrigou todos a assinarem o Memorando de Entendimento, e que todos fomos obrigados a assumir esse Memorando, que levou ao aumento das taxas moderadoras, e ao aumento da redução dos custos operacionais dos Hospitais, que levou à retirada de Médicos dos Hospitais, e que levou também a tirar serviços operacionais aos Hospitais, foi isso que a gestão PS conseguiu no nosso País, levar Portugal à Banca Rota, e foi isso que o PS fez ao Serviço Nacional de Saúde.-----

Também pediu a palavra o Senhor **Deputado Seruca Emídio (PSD)**, para tecer algumas considerações. Começou por referir que durante os 12 anos em que foi Presidente da Câmara de Loulé, a democracia foi vivida de uma forma intensa, não houve perseguições a funcionários, a dirigentes, a partidos políticos, nem a ninguém, e que hoje, é fácil perguntar a quem quer que seja, e todos irão responder que foram todos tratados da mesma forma, é que é tempo, que a atual maioria, deixe de tentar branquear as suas incapacidades, durante o mandato anterior e o atual, porque a avaliação do trabalho que realizou durante aqueles 12 anos, vai ser feita pela população de Loulé, e relativamente à questão da saúde, disse que o importante era que todos se focassem no que é realmente importante, que são as pessoas, os utentes, e os serviços prestados às pessoas no Concelho de Loulé. Infelizmente, quando se fala em nome do povo, e dos mais desfavorecidos, num sistema injusto, como aquele em que estamos a viver, são estes que sofrem mais, porque quem tem dinheiro, vai sempre às Clinicas, tem um amigo que é médico e que resolve os problemas para entrar nos Hospitais, mas quem não tem nada é que anda mal, e basta ver o que se passa neste momento, e já se passava no tempo do Executivo anterior, porque houve uma imposição, resultante dos cortes da TROIKA, mas o que é certo, é que o atual Governo, já teve tempo para alterar o que foi feito nessa altura, mas os sinais que está a dar ao País são completamente contraditórios, porque, quando o Governo, manda os representantes do Ministério das Finanças negociarem a resolução de um problema na área da saúde, como o do Hospital de S. João, no Porto, o que é que está a dizer à população deste País? Que o que conta é o dinheiro, não são as pessoas, e é uma desautorização completa ao Ministro da Saúde, e no seu entender, em nenhum País do Mundo se deve ter passado uma coisa destas.-----

Esgotados os tempos de todas as Bancadas, o Senhor **Presidente da Assembleia**, passou de seguida à votação desta alínea:-----

b)- Moção Contra o Declínio na Saúde - apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, foi votada e rejeitada com 24 votos contra do PS, 10 votos a favor (9 do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

PSD e 1 CDS) e 2 abstenções (1 BE e 1 PS - Presidente da Assembleia).-----

Após a votação, pediu a palavra o Senhor Deputado Fernando Santos (PS), para apresentar uma Declaração de Voto do Grupo Municipal do PS relativa à Moção Contra o Declínio na Saúde, apresentada pela Bancada Municipal do PSD, a qual foi lida, e que se encontra anexa a esta Ata, fazendo parte integrante da mesma.-----

Terminadas todas as intervenções sobre esta proposta, o Senhor Presidente da Assembleia, passou ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos:-----

c)- Análise da Situação da Saúde no Município de Loulé e no Algarve:-----

Sobre este ponto, o Senhor Presidente da Assembleia, informou que deu entrada nos Serviços da Assembleia, uma Resolução apresentada pelo Grupo Municipal do PS "Em defesa do Serviço Nacional de Saúde no Concelho de Loulé e na Região do Algarve", para discussão neste ponto da Ordem de Trabalhos.-----

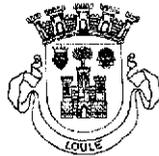
De seguida foi cedida a palavra ao Senhor Deputado Fernando Santos (PS), que disse que esta Resolução era para ser discutida e de vir a ser aprovada por esta Assembleia, havendo a possibilidade da mesma sofrer alguns ajustamentos, embora não seja o que se pretende, porque o texto desta Resolução, tem uma série de informações de como é que chegámos a este ponto na área da saúde, e o que se está a fazer, obviamente que o Grupo Municipal do PS, não está satisfeito, queria fazer mais nesta área, e ver se a ARS, cumpre o que está proposto fazer a curto prazo, quer em 2018, quer em 2019, com as medidas que constam nesta Resolução, e relativamente ao Hospital de Faro, não seria a primeira vez que o Partido Socialista e o Partido Social Democrata, se juntam em Faro, para colocarem Loulé numa situação desagradável, e o que o Senhor Deputado Mário Botelho (PSD), referiu sobre Luis Graça, demonstra que temos mais um problema grave neste Concelho, que é o Parque das Cidades, que em vez de ser um Polo de Desenvolvimento, poderá ser um grande problema com esta divisão de Loulé e Faro.-----

Foi também dada a palavra ao Senhor Deputado Seruca Emídio (PSD), que na continuidade do que tinha dito anteriormente, disse que gostaria de falar sobre o Hospital Central do Algarve, referindo que tem sido uma oportunidade perdida para o Município de Loulé, para esta Assembleia, e muito particularmente para o Executivo Municipal, porque durante todos os anos em que lutou pelo Hospital



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Central do Algarve, no Parque das Cidades, e que obteve por parte do Governo Socialista da altura, a maior das compreensões, de modo a que em várias visitas ao local, numa delas foi lançada a 1.^a pedra, pelo Senhor Ministro da Saúde, Correia Campos, passados estes anos, verificou que, nem Portimão estava interessado, nesta localização do Hospital Central do Algarve, no Parque das Cidades, porque achava que deveria estar em pé de igualdade com o Hospital de Faro, e esse foi sempre um problema de disputa entre Faro e Portimão, e de uma forma incompreensível, o colega da Câmara Municipal de Faro, também não estava disposto a correr os riscos de tirar o Hospital de dentro da cidade, para uma meia dúzia de quilómetros, de Faro, com receio que a população não aceitasse ter que se deslocar para fora da cidade, para ir a um serviço de urgência, de forma a que esta conjugação de posições, fez com que, só Loulé lutasse para a construção do Hospital Central do Algarve, no Parque das Cidades, numa localização central, com acessibilidades fáceis, com a possibilidade de dinamizar o Parque das Cidades, com estacionamento, e por estes motivos, sempre pensou que o Município de Loulé em conjunto com outros Municípios, que não entraram nesta disputa entre Faro e Portimão, tivessem a razão e as condições necessárias, para mobilizar a AMAL, para que em conjunto, se fizesse força política para conseguir que o Hospital Central do Algarve, fosse uma realidade e se localizasse no Parque das Cidades, e qual não foi o seu espanto, quando o Hospital Central do Algarve, que estava em 2.^o lugar nas listas do Governo, agora, nem sequer aparece nessas listas dos Hospitais Centrais, o que o deixou bastante triste e preocupado, porque o Governo do PS, liderado pelo Dr. António Costa, secundarizou o Algarve em matéria de saúde, e no seu entender, depois destas disputas partidárias, relativamente a quem é que tem razão ou não, na situação em que a saúde se encontra, na Região e no País, pudéssemos levar em consideração o interesse da Região e do nosso Concelho, e conseguíssemos, que saísse desta Assembleia, um sinal ao Poder Central, de que algo vai mal no Algarve. Disse ainda, que tem receio de que esta Resolução que o Grupo Municipal do PS está a apresentar, venha dar um sinal contrário, porque vai dizer que as coisas não estão bem, mas que o Governo tem estado a fazer muito pelo Algarve, e isto preocupa-o, porque considera que temos uma responsabilidade direta perante os nossos eleitores, e não é perante o Partido Socialista, e que esta é uma oportunidade de todos os Partidos se juntarem, e de fazerem um documento, de mobilizarem as forças do Algarve, no sentido de passarem a mensagem de que estamos a ser secundarizados, numa Região que é fundamental para o Algarve porque é a porta de entrada de milhares de pessoas, que vêm para cá e que precisam de um serviço de saúde com qualidade. Referiu também, que não é contra os Hospitais Privados e as Clinicas Privadas como agora é moda ser, acha é que devem haver



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

regras, e que os médicos devem trabalhar em regime de exclusividade no Público e no Privado, e não a promiscuidade que existe neste momento, com médicos que trabalham metade de um período num lado e depois vão para o outro lado, no seu entender o setor Privado é necessário e é complementar, e falando do seu caso, disse que teve a honra de participar na reconstrução do Hospital de Loulé, que muitos acusam de ser dos ricos, mas que não é, porque há milhares de pessoas com a ADSE e com seguros de saúde, que vão ali, e se não fosse a sua reconstrução, aquele edifício estaria em ruínas e o Centro de Saúde de Loulé ainda estaria a abarrotar mais, do que está neste momento, e falando do Centro de Saúde de Loulé, disse que a Unidade de Saúde Familiar que opera lá, e que falam ser uma criação do Executivo Vitor Aleixo, disse que tal não corresponde à verdade, porque no seu mandato, cedeu um terreno para a construção daquela Unidade, e que esse terreno era bem central, junto ao Tribunal, mas que este Executivo Socialista, considerou que deveria trocá-lo por outro terreno junto ao Centro de Saúde, o que na sua opinião este Executivo fez mal, porque era no centro da cidade de Loulé que deveria estar, junto às pessoas, para que as pessoas com dificuldades, os idosos, pudessem aceder facilmente, mas isso é da responsabilidade deste Executivo e respeita esta decisão, apesar de não ser a sua decisão, mas de facto não foi criada, como muitas coisas vão sendo apresentadas, como sendo deste Executivo Socialista.-----

De seguida, usou da palavra o Senhor **Deputado Abel Matinhos (PS)**, que começou a sua intervenção dizendo que ficou espantado quando ouviu falar do nome de um Deputado da Assembleia da República, que também é Presidente da Assembleia Municipal de Faro, Luís Graça, que não está presente nesta sessão, mas que tem a certeza absoluta, porque conhece a pessoa em questão, que não votou contra a Moção, porque é dos Deputados da Assembleia da República que tem defendido mais o Serviço Nacional de Saúde, sobretudo na Região do Algarve, e falando de dados concretos, acusou o PSD de dizer que há falta de serviços, de profissionais na área da saúde, e que o atual Governo não investe na saúde no Algarve, quando desde de 2015, com a tomada de posse deste Governo, foram contratados 315 profissionais de saúde no Algarve, mais 25 médicos contratados, mais 25 médicos de saúde geral contratados, mais 33 enfermeiros contratados, 102 médicos de especialidades contratados, e que podia referir mais dados concretos, mas que não valia a pena.-----

Foi também concedida também a palavra ao Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo que a situação atual do Serviço Nacional de Saúde era preocupante e que se justificava a sua refundação como se expressaram António Arnaut e o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

médico João Semedo, bem como uma nova Lei Bases na Saúde, e o Bloco de Esquerda, defende um Serviço Nacional de Saúde, geral, universal, gratuito, bem como a clara separação entre o Público e o Privado. Disse ainda, que o tempo atribuído era pouco para apresentar uma Resolução sobre esta matéria, e que iria fazer um resumo breve da proposta de Resolução apresentada pelo Grupo Municipal do BE e referindo-se ao Hospital Central do Algarve, disse que se daqui a 10 anos estivesse construído, era muito bom, mas até lá o que é que temos que fazer? A saúde no Município de Loulé, não é diferente do que se passa no resto do País, mas o Algarve tem particularidades que deveriam ser tidas em conta, para que as respostas sejam mais eficazes, pois estamos a cerca de 300 quilómetros dos cuidados de saúde mais especializados, somos também o parente pobre dos investimentos nacionais em matéria de saúde pública, com as maiores queixas, nomeadamente, morosidade das consultas e do atendimento, na falta de médicos de família, Hospitais saturados com falta de pessoal clínico e capacidade administrativa, falta de recursos qualificados, impossibilidade de contratação, sazonalidade da região interligada com mobilidade da população, que implica cuidados básicos de saúde a uma população que duplica na época alta e que por vezes até triplica, para além do envelhecimento da pirâmide demográfica, agravado pela fuga de jovens, durante o tempo da TROIKA, e esta situação deve ser somada a uma notória incapacidade política dos autarcas algarvios, para exigirem que o Governo Central, atue em conformidade com as receitas obtidas em sede de impostos, inversamente proporcionais ao investimento disponível para a Saúde, pois desde 2004 que não foi construído mais nenhum Hospital no Algarve e a construção do Hospital Central do Algarve foi adiada em 2015, sendo a necessidade deste Hospital premente. Falando do caso concreto de Loulé, que tem 70.662 habitantes, dos quais gente de todo o mundo que vem estudar, trabalhar e residir cá, e que a saúde não os assiste da melhor forma e que perante esta situação, competia ao Município fazer parte da solução e implementar um Plano Municipal de Saúde para o Concelho, tendo elencado um conjunto de recomendações que a Câmara Municipal deveria solicitar ao Governo. Por fim, sugeriu que a proposta de Recomendação do PS sobre este assunto, não fosse votada nesta sessão e que fosse formada uma Comissão que formulasse uma proposta única, que saísse por unanimidade desta Assembleia.-----

Também usou da palavra o Senhor Deputado Hugo Nunes (PS), para esclarecer que Luis Graça, recentemente pediu ao Governo o calendário para a construção do Hospital Central do Algarve, na Região, e disse ao Jornal "Correio da Manhã", acreditar que o projeto deste Hospital, deverá ser incluído no Quadro Comunitário de Apoio para o seu Financiamento. Relativamente à intervenção do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Senhor Deputado Seruca Emídio (PSD), disse que continha muita coisa acertada, sensata e real, e que tem eco, no documento que o Grupo Municipal do PS apresentou, e no documento apresentado pelo Grupo Municipal do BE, mas há uns pequenos pormenores que fazem a diferença, porque enquanto o PSD foi Governo, o SNS no Algarve e no País, perdeu profissionais, perdeu financiamento, perdeu investimento, criou desmotivação, forçou a junção de unidades hospitalares, enquanto o atual Governo PS, começou de forma lenta, mas aumentou o número de profissionais na enfermagem, nas técnicas de diagnóstico, de medicina, nos cuidados de saúde primários, nos cuidados de saúde hospitalares, e ainda aumentou o investimento, mas isso não é suficiente, por isso a Moção que é aqui apresentada, defende o reforço e o aceleração de tudo isso, e defende o SNS. Terminou a sua intervenção, dizendo que o Executivo Municipal, tem e apresentou há pouco tempo, um projeto que visa ser uma solução, reforçando o papel da unidade móvel de saúde, tem medidas muito concretas na área da saúde, como a questão do rastreio visual para as crianças deste Concelho.-----

De seguida, o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, sugeriu que deveria sair desta Assembleia Municipal, um texto que pudesse ser uma posição do Município, em relação a esta matéria, em termos de uma Resolução, dizendo que estamos a falar de um setor que acompanhou razoavelmente durante uns anos, e muitas das coisas que foram referidas sobre a questão Loulé/Faro, são factualmente verdade. Sobre a prioridade do Hospital Central, é verdade que era a 2.ª prioridade no tempo do Ministro da Saúde Correia Campos, mas hoje em dia, a situação da saúde chegou a ponto em que há pessoas que morrem, por falta de equipamento e por falta de profissionais, numa situação, que contrariamente a outros setores, tem uma grande diferença, é que com a EN 125 cheia de buracos, resolve-se o problema pondo lá mais alcatrão e a estrada fica outra vez boa, mas se as pessoas morrem, ainda não há capacidade de as fazer ressuscitar, e este setor da saúde tem esta particularidade terrível, e se falharmos, as pessoas morrem, isso significa que não podemos falhar! Como não podemos falhar, no que diz respeito a nós, deveríamos fazer uma Recomendação/Resolução, muito forte, deixando de atirar pedras uns aos outros, e não vale a pena fazer julgamentos constantes, porque senão, não se consegue resolver este problema, e assim sendo, disse que estava disponível para trabalhar com os 4 Grupos Municipais, no sentido de se acertar um texto, que possa ser votado nesta Assembleia, com uma grande maioria, mas claro que a decisão estava do lado dos Senhores Deputados Municipais.-----



Handwritten initials and signatures in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, dizendo que a Autarquia de Loulé também tem responsabilidades acrescidas na situação da saúde, porque os Municípios de acordo com a Lei, podem criar Unidades de Cuidados na comunidade, que possam obviamente ajudar na área da saúde, as famílias mais carenciadas.-----

Foi novamente dada a palavra ao Senhor **Deputado Seruca Emídio (PSD)**, que começou por dizer que não concordava com algumas afirmações feitas pelo Senhor Deputado Hugo Nunes (PS), nomeadamente quando disse que foram contratados mais médicos, mais enfermeiros, referiu que não duvida que isso aconteceu, mas que de facto isso não se nota, nem nos serviços de urgência, nem nos hospitais, e que não é por acaso que todos estão em greve, e todos afirmam, que nunca em Portugal, depois do 25 de Abril, houve um Ministro da Saúde, que tenha atacado tanto o SNS, e no seu entender, pensa que o que aconteceu foi que, com a redução dos horários dos profissionais de saúde, para as 35 horas/semanais, a necessidade de profissionais aumentou substancialmente, e este é um dos fatores, entre outros, e do seu ponto de vista, tem que haver mais coragem politica dos Governos, na área da saúde, por uma melhor distribuição do profissionais, pelo País, e de não ficarem concentrados por Lisboa, Porto e Coimbra, como acontece atualmente, porque ninguém tem a coragem de os porem a trabalhar noutros lados (só porque eles não querem). Disse também, que foi convidado pelo Senhor Ministro Paulo Macedo, para ficar a Presidir ao Conselho de Administração do Hospital Central do Algarve, mas não aceitou, por várias razões, a primeira é de que não precisa da politica para viver, e não quis aceitar coisas com as quais não concorda, porque sabia que o que ia fazer, era aguentar o corte financeiro que estavam a fazer na saúde nessa altura, e que é o que está a acontecer também neste momento.-----

De seguida foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, dizendo que subscrevia o que foi dito na generalidade pelos Deputados do PS, referindo que não tinha muito mais a acrescentar, e que havia uma diferença óbvia, entre o Governo anterior PSD e o Governo atual PS, e que o que se sentia da governação anterior, era um ataque sistemático e muito violento ao SNS no Algarve, o que o levou até a tomar atitudes atípicas, e atualmente, com esta governação isso não acontece, apesar de as coisas continuarem mal, mas vão melhorando gradualmente neste novo ciclo politico, com maior investimento, maior abertura e com mais medidas concretas tomadas também por este Executivo, articuladas com a ARS e o SNS, e isso faz toda a diferença.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Concluído este ponto, o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, disse que, como o Grupo Municipal do PS manifestou o desejo de que esta Resolução não seja votada nesta Sessão, e que seja votada numa próxima Sessão, com base num texto consensualizado por todos os Grupos Municipais, tendo de seguida questionado se era esse o entendimento de todos os Grupos Municipais, obtendo a concordância de todos os líderes para que numa próxima Reunião da Comissão Permanente se elaborasse uma proposta única, consensual, de Resolução, com as sugestões de todos os partidos políticos, que manifestasse as necessidades dos munícipes de Loulé e dos Algarvios, no que se refere ao sector da saúde.-----

Devido ao adiantado da hora, e chegado quase ao limite das 4 horas regimentais, o Senhor **Presidente da Assembleia**, sugeriu que a votação dos 27 júris, que constam da OT, fosse adiada para uma nova Sessão, e que fosse discutida ainda nesta Sessão, a alínea h)- **Proposta 23/2018- Deliberação relativa à Alteração ao Mapa de Pessoal de 2018**, ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 769-2018**] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

Pediu a palavra o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, dizendo que a Bancada do PSD gostava de tecer algumas considerações sobre a votação dos 27 júris, e nesse sentido, considera que deve haver tempo para o debate, o que não aconteceria se a votação ainda fosse realizada nos próximos minutos, e como tal, concordava com a proposta do Senhor Presidente da Assembleia e que esta votação deveria passar para uma nova Sessão.-----

Também pediu a palavra o Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, dizendo que soube da existência de um esquiço do Boletim de Voto destes 27 júris, onde os mesmos aparecem de uma forma maciça, o que permite uma votação rápida, considerando que não vê inconvenientes para que esta votação seja feita ainda nesta Sessão.-----

Usou também a palavra o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo que a votação dos 27 júris merece mais discussão e mais tempo, e que devia passar para uma nova Sessão, e que se devia discutir no final desta Sessão, a Alteração ao Mapa de Pessoal, porque é um assunto menos demorado.-----

Também foi ouvido o Senhor **Deputado António Farrajota (CDS)**, que disse não ter qualquer objeção, e que vai ao encontro do que a maioria pretender.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Após ouvir os representantes dos 4 Grupos Municipais, o Senhor Presidente da Assembleia, disse que após ponderar, a Mesa decidiu que de seguida, seria discutida e votada a Alteração ao Mapa de Pessoal e que ficaria para uma nova Sessão, a votação dos 27 júris diferentes, que é feita através de voto secreto, para cada um dos júris, comprometendo-se a marcar no final desta Sessão, a data da próxima Sessão, onde ocorrerá essa votação.-----

Dando continuidade à Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou de seguida ao ponto:-----

h)- Proposta 23/2018- Deliberação relativa à Alteração ao Mapa de Pessoal de 2018, ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 769-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

Para apresentar esta proposta, foi concedida a palavra à Senhora Vereadora Marilyn Zacarias, dizendo que a 1.º alteração ao Mapa de Pessoal, foi realizada no dia 15 de Dezembro de 2017, e seguidamente o Executivo fez a Alteração ao ROSM, que foi a 27 de Dezembro de 2017, sendo que, esta Alteração ao Mapa de Pessoal, ocorre após uma atualização do Mapa de Pessoal, uma vez que se está perante uma nova organização dos Serviços, com a criação de novas Unidades Orgânicas, novas Divisões, devido a novas contratações, possíveis a partir de 2016, após o pagamento antecipado do PAEL. Referiu ainda, que tem um reforço de pessoal, necessário, em todas as Unidades Orgânicas e em todas as Divisões, e que vai continuar a reforçar o pessoal não diferenciado, assim como, aumentar o pessoal especializado, prevendo-se já neste Mapa, mais lugares para novos Técnicos Superiores, de forma a dar resposta às necessidades que o Executivo pretende, neste mandato, com muitas obras em andamento, e como tal, este Mapa demonstra grandes alterações, dando como referência os dados de da 1.ª Alteração, onde tinha 1518 trabalhadores, e atualmente para 1573 trabalhadores, uma diferença de mais 55 trabalhadores, e de mais 117 lugares novos vagos.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Carlos Martins (BE), questionando o Executivo, com esta Alteração, qual seria a dotação final em termos de pessoal, em 2018? E relativamente a estes novos 55 postos de trabalho, estas pessoas já entraram nos Quadros da Câmara Municipal, ou ainda estão em fase de Concurso? E para que Setores e Cargos?-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Para prestar esclarecimentos, foi dada novamente a palavra à Senhora Vereadora Marilyn Zacarias, dizendo que houve a contratação de 5 novos Arquitetos, mais 32 funcionários na Divisão de Desporto, mais 6 funcionários nas Atividades Económicas, e mais 12 na Divisão de Higiene e Salubridade.-----

Pedi novamente a palavra o Senhor Deputado Carlos Martins (BE), que solicitou novamente esclarecimentos relativamente à dotação final, em 2018, para esta Alteração ao Mapa de Pessoal.-----

Para prestar este esclarecimento, foi novamente dada a palavra à Senhora Vereadora Marilyn Zacarias, dizendo que 1573 é o número de lugares que a CML tem neste momento no Mapa, são lugares ocupados, trabalhadores da CML.-----

Terminadas todas as intervenções sobre esta proposta, o Senhor Presidente da Assembleia, passou de imediato à sua votação:-----

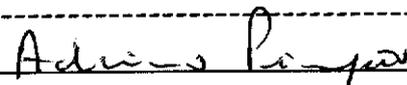
h)- Proposta 23/2018- Deliberação relativa à Alteração ao Mapa de Pessoal de 2018, ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 769-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt), foi votada e aprovada por maioria, com 10 abstenções (9 PSD + 1 CDS).-----

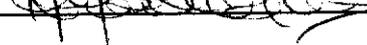
Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia, propôs uma nova Sessão para a continuação desta Ordem de Trabalhos, a ter lugar no dia seguinte, ou seja a 15 de Maio de 2018, pelas 21 horas, para a votação dos 27 júris, obtendo a concordância de todos, ficando os mesmos convocados. De seguida o Senhor Presidente da Assembleia, deu por terminada a sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente ata, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

A 1ª SECRETÁRIA

A 2ª SECRETÁRIA







Entregue em
Mesa em 14.05.18
A. S. P.

**DECLARAÇÃO DE VOTO DO PARTIDO SOCIALISTA
RELATIVA À MOÇÃO DE CENSURA APRESENTADA PELA BANCADA DO
PSD NO DIA 25 DE ABRIL DE 2018**

No momento em que, por todo o país, se comemorou o 44.º aniversário da Revolução de Abril, dessa madrugada libertadora que devolveu a dignidade, a liberdade e esperança ao povo português, o PSD/Loulé entendeu que esse seria o dia ideal para apresentar uma moção de censura à governação local do PS.

Foi, pois, com espanto, ou melhor, com total estupefação que o Partido Socialista teve conhecimento de tal moção, denominada de censura, um pouco à semelhança da censura prévia/lápis azul, tão característica do período da governação salazarenta do Estado Novo.

Mais admirado ficou o PS pelo facto do PSD/Loulé ter considerado que o dia 25 de abril de 2018 era um dia útil e, portanto, um dia que o PSD poderia aproveitar para dar entrada de documentos cujo título de CENSURA não poderia oferecer quaisquer dúvidas: tratava-se de uma verdadeira censura ao 25 de abril.

Verdadeiramente, o PS não estava à espera de uma posição política tão retrógrada, tão bolorenta, tão anti 25 de abril, como esta cometida pelo PSD.

Aliás, o PSD é um partido fruto da liberdade, aquela conquista de 25 de 1974, pela qual muitos deram vida para que outros pudessem gozar dela, como foi o caso do PSD. Por isso, não se compreende como foi possível um ato desta natureza, algo que irá perdurar de forma muito negativa na memória de todos aqueles que aqui estão.

Aliás, a apresentação de moções de censura não está prevista na atual diploma que enquadra as competências da Assembleia Municipal, a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, diploma que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, o qual revogou a anterior Lei n.º 5.ºA/2002, de 11 de janeiro, onde tal matéria constava, mas que o legislador entendeu por bem retirar, na atual Lei n.º 75/2013, uma vez tal matéria não tinha consequências práticas algumas, ao contrário do que está estabelecido na Assembleia da República, onde a aprovação das moções de censura leva à queda do governo.

Com a apresentação de tal moção, o PSD/Loulé perdeu a memória, pois que, nunca houve tantos pedidos feitos à Câmara e satisfeitos praticamente até à exaustão, como no mandato anterior e como está a acontecer no presente mandato.

E perdeu a memória pois que, numa carta que dirigiu à Câmara no passado mês de março a solicitar esclarecimentos sobre várias questões e tendo a Câmara respondido dentro dos prazos a que está obrigado, o PSD/Loulé nem sequer se dignou proceder ao levantamento da carta de resposta endereçada pela Câmara, tendo esta sido devolvida por não ter sido levantada.

Isto revela bem o espírito desta moção de censura: trata-se apenas e tão só de chicana política, que só serve para descredibilizar a política e os seus atores e que, neste caso, tão mal deixa o PSD.

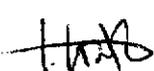
Efetivamente, no período em que a Câmara mais documentação fornece ao PSD e aos outros grupos parlamentares sobre a atividade municipal, o PSD invoca o estatuto do Direito de Oposição, referindo que o relatório que a Câmara deveria entregar até final de março e que entregará no corrente mês de maio, constitui um ato tão grave, tão grave, que justifica a apresentação de uma moção de censura.

Este lamentável episódio não tem paralelo nos tempos idos mais recentes, porque se formos ao passado o PSD ficará muito mal na chapa, pois durante o seu consulado de 12 anos, o PSD esteve anos a fio sem apresentar tal documento.

Já sabemos que o PSD/Loulé não se recorda da história de há 44 anos atrás, daquela madrugada libertadora tão bem descrita por Sofia. Mas não se recordar que, enquanto foi poder municipal, até há bem pouco tempo atrás, esteve anos a fio sem apresentar o tal relatório que agora reclama, isso já causa alguma perplexidade.

Por isso, recomendamos ao PSD/Loulé que reflita pois que, em matéria de assunção de responsabilidades, transparência, de colaboração com todas as bancadas e grupos parlamentares, o PS nada tem a aprender com o PSD.

Loulé, 14 de maio de 2018.

Declaração de Voto

Entregue em
Maio a 14.05.18
A J. Raposo

Nós, deputados municipais eleitos pelo Partido Socialista, na Assembleia Municipal de Loulé, confrontados com uma “moção genérica e sem qualquer aderência à realidade do concelho de Loulé, e à Região do Algarve, sobre o actual estado da saúde na região, apresentada pelo PSD, que visava apenas a tentativa de branqueamento da sua grande responsabilidade pelo estado actual do sector, nomeadamente na degradação pelos serviços prestados de saúde na região, devido à fusão dos hospitais de Portimão e Faro, com o consequente afastamento de médicos, enfermeiros, técnicos de diagnósticos e de terapêutica do Serviço Nacional de Saúde para hospitais e clínicas privadas que cresceram em número significativo na Região do Algarve, que a criação do Centro Hospitalar do Algarve, com o enfoque exclusivo nas vertentes económico-financeiras, resultou a degradação dos serviços de saúde, na extinção de serviços de especialidades, adiamento de cirurgias programadas, falta de material cirúrgico e de uso corrente, atrasos em exames de diagnóstico, falta de medicamentos, deterioração de instalações e encerramento de Centros de Saúde Públicos.

Desafiámos os proponentes a demonstrarem a sua genuína intensão através de um debate sério e contextualizado nos problemas e desafios do concelho, e da região, o qual deveria ocorrer no ponto seguinte da Ordem dos Trabalhos, desta sessão da Assembleia Municipal, proposto especificamente para o efeito. Como o desafio não foi aceite pelo PSD, vimo-nos forçados a reprovar a moção que, na sua essência, que pretendia criar a chicana política, usando o SNS como arma de arremesso, em vez de defender um dos pilares de Abril.

Lamentamos que o PSD não tenha aceite o convite à participação na discussão/debate político sério que lhe foi proposto.

Assembleia Municipal de Loulé, 14 de Maio de 2018

Os deputados municipais do PS

Ana Cristina

De: cmpcosta@sapo.pt
Enviado: segunda-feira, 22 de outubro de 2018 16:58
Para: Assembleia Municipal de Loule
Cc: Adriano Pimpao
Assunto: Fwd: Ata N.º 8-18 (sessão extraordinária de 14 de Maio 2018)
Anexos: winmail.dat

Solicito correção na minha intervenção na pág 15 da ata 08/18 relativa a sessão da AM de 14/05/2018 -----

Foi cedida a palavra ao senhor Deputado Carlos Costa(PS), que levantou a questão da intervenção política nas redes sociais, sendo que deve ser feita com urbanidade e salvaguardando a honra e consideração dos intervenientes, sendo que entre deputados Municipais ela pode e deve ser também tratada/conversada nas sessões da AM.

(terminando no 2º e último parágrafo com = vigilância e segurança de pessoas e bens).

Cumprimentos

Carlos Costa

Obter o [Outlook para Android](#)

De: Assembleia Municipal de Loule
Enviado: quarta-feira, 17 de outubro, 10:42
Assunto: Ata N.º 8-18 (sessão extraordinária de 14 de Maio 2018)
Para: 'Joaquim Vairinhos', 'Helena Baptista', 'Calçada Correia', Carlos Costa, Rosana Durao, 'vcf.lawyer.pt@gmail.com', 'Vitor Ferreira', 'FernandoDomingos Santos', 'maria esteves', 'hmnunes@gmail.com', 'abelmatinhos@hotmail.com', 'sonia.santos.neves22@gmail.com', 'fernando Marques', 'Hermes Alberto', 'Joana Conceição', 'Fábio Nobre', 'dora.olival@gmail.com', 'jjppinto@hotmail.com', 'tomsayermartins@gmail.com', 'Rodrigo carrusca', 'algarviomarafado@gmail.com', 'telmommpinto@gmail.com', Junta de Freguesia de S. Clemente, 'maguerreiro@gmail.com', 'mguerreiro@saosebastiao.pt', 'jmagalhaesdavid@hotmail.com', 'saoleite47@gmail.com', 'malexfer@gmail.com', 'adrianaguerreiro1@gmail.com', 'mjorgeferreira_76@gmail.com', 'manuelvitorino.inacio@gmail.com', 'miguelgtfernandes@gmail.com', 's.emidio@outlook.com', 'MB Advogados', José Vasques, 'Sérgia Medeiros', 'ricardolampreia@mail.telepac.pt', 'thai_joao@hotmail.com', 'consultor.guerreiro@gmail.com', 'Deodato João', 'margcorreia@gmail.com', 'barbara.amaral.correia@gmail.com', 'miguel.encarnacao@live.com', 'duarte.djduarte@gmail.com', 'afsousa25@hotmail.com', 'claudiofslima@gmail.com', 'carlosze@martins.gmail.com', 'pipupis@gmail.com'
Cc: Assembleia Municipal de Loule, Vitor Aleixo (Presidente), Pedro Pimpao (Vice-Presidente), Heloisa Madeira (Vereadora), Abilio Sousa (Vereador), Ana Machado (Vereadora), Carlos Carmo (Vereador), Marilyn Zacarias (Vereadora), Jose Graca (Vereador), Horacio da Piedade (Vereador), Irina Alexandra Mendes Martins

Exmos Senhores Deputados Municipais, Remeto em anexo para conhecimento de V.Exas, a Ata N.º 8-18 (14 de Maio 2018) para aprovação na próxima sessão da Assembleia Municipal a realizar durante o presente mês de Outubro. Com os melhores cumprimentos, Ana Cristina Costa Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal ASSEMBLEIA MUNICIPAL Praça da República, Edifício Eng.ºDuarte Pacheco, n.º36 8100-Loulé Telef: 289 400 809 - Ext: 16101 Email: acristina@cm-loule.pt - www.cm-loule.pt P Pense no ambiente antes de imprimir este e-mail - Please consider the environment before printing this e-mail

Ana Cristina

De: MB Advogados <mbotelho@mbadvogados.pt>
Enviado: terça-feira, 23 de outubro de 2018 14:41
Para: Assembleia Municipal de Loule
Assunto: Re: Substituição da Ata n.º 8-18 (14 de Maio 2018) alteração da intervenção do senhor Deputado Carlos Costa

Bom dia,

Na página 20 da minha intervenção, por favor substituam a palavra “condenar” por coadunar.

Com os melhores cumprimentos

Mário Botelho

No dia 23/10/2018, às 13:27, Assembleia Municipal de Loule <aml@cm-loule.pt> escreveu:

Exmos Senhores Deputados Municipais,

Remeto novamente em anexo a **Ata n.º 8-18 (sessão de 14 de Maio)**, com uma alteração na intervenção do Deputado Carlos Costa, proposta pelo mesmo, para aprovação na próxima sessão da Assembleia Municipal.

Com os melhores cumprimentos,

Ana Cristina Costa

Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Praça da República, Edifício Eng.º Duarte Pacheco, n.º36

8100-Loulé

Telef: 289 400 809 - Ext: 16101

Email: acristina@cm-loule.pt - www.cm-loule.pt

 Pense no ambiente antes de imprimir este e-mail - Please consider the environment before printing this e-mail

<Ata n.º 8-18 (14 Maio) retificada.pdf>

